

Ementa: Apuração da informação acerca da inexistência ou má condições de uso/conservação de quadras poliesportivas escolas municipais/estaduais localizadas no Município de _____.

PORTARIA N.º

(referente ao item 02 do questionário)

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO por intermédio do Promotor de Justiça abaixo assinado, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com amparo no disposto nos artigos 127, caput e 129, inciso III da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, conforme garante o artigo 127 da CRFB/88;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 129, II, da CRFB/88, é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito aos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Carta Magna, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal[Nota de rodapé] e o Estatuto da Criança e do Adolescente[Nota de rodapé] estabelecem que é dever da sociedade e do Poder Público garantir a toda criança e adolescente, com absoluta prioridade, a efetivação do direito fundamental à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (artigo 205 da CRFB/1988

e artigo 53, caput do ECA), assegurando educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos, inclusive para aqueles que não tiverem acesso na idade própria (artigo 208, I da CRFB/1988);

CONSIDERANDO que o artigo 206 da CRFB/88 garante que o ensino será ministrado com a observância de princípios, constitucionalmente assegurados, do qual se destaca o *princípio da garantia do padrão de qualidade*, firmado no inciso VII;

CONSIDERANDO que, inclusive, o não oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua *oferta irregular*, importa em responsabilidade da autoridade competente, conforme preconiza o artigo 208, § 2º, da CRFB/88;

CONSIDERANDO que a efetiva garantia do direito à educação pressupõe que seja assegurada igualdade de condições de acesso e permanência do educando na escola, consoante o disposto no artigo 206, I da CRFB/88, o que exige que os estabelecimentos da rede pública de ensino ofereçam à comunidade escolar infraestrutura segura e adequada às necessidades educacionais;

CONSIDERANDO que as informações colhidas através dos questionários integrantes do projeto Ministério Público pela Educação – MPEDUC evidenciam que um número significativo das unidades escolares do Município de _____ não possuem quadra poliesportiva, ou se a possuem, encontram-se em más condições de uso/conservação;

CONSIDERANDO que a quadra poliesportiva é utilizada não somente para a realização de atividades físicas, constituindo-se também em espaço de interação e convivência comunitária entre as crianças e os adolescentes no período em que estes se encontram na unidade escolar, possibilitando, assim, o pleno exercício do direito à cultura, ao esporte e ao lazer;

CONSIDERANDO ainda, que o MEC/FNDE oferece através

do Plano de Ações Articuladas – PAR, recursos para construção de quadras poliesportivas e através do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, para a reforma e ampliação das mesmas;

CONSIDERANDO por fim, que o artigo 59 da Lei Federal nº 8.069/1990 estabelece que os Municípios, com o apoio dos Estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude, instaura o presente

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

com fulcro no art. 129, III, da Constituição da República, combinado com o art. 201 da Lei n.º 8069/90, **com a finalidade de serem colhidas informações que subsidiem eventuais medidas judiciais ou extrajudiciais visando a construção/reforma de quadras poliesportivas nas escolas da rede **municipal/estadual** localizadas do Município de**

Para tanto, **DETERMINO**, por ora à Secretaria deste órgão de execução, as seguintes diligências:

1. Registre-se, numere-se e autue-se a presente Portaria, devendo constar da sua capa **etiqueta** com os seguintes dizeres: **“TUTELA COLETIVA - INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO – Apuração da informação acerca da inexistência ou má condições de uso/conservação de quadras poliesportivas nas escolas da rede **municipal/estadual** localizadas do Município de**

2. Expeça-se ofício ao Ilmo. Sr. Secretário Municipal de Educação e ao Ilmo. Secretário de Defesa Civil, instruindo-os com cópia da presente portaria de instauração de ICP, requisitando, no prazo de 15 (quinze) dias, que sejam prestadas as seguintes informações:

a) Indicação da eventual existência de projetos visando a construção e/ou reformas de quadras

poliesportiva nas escolas da rede **municipal/estadual** localizadas no Município de _____;

b) Em caso positivo, encaminhar nome das escolas que serão beneficiadas, bem como cronograma de obras;

c) Em caso negativo, solicito a presença de V.Sa. para reunião no dia _____, a fim de tratarmos do assunto em referência.

3. Dê-se a devida publicidade à presente portaria, nos termos do artigo _____

_____, _____ de _____ de .

Promotor de Justiça